



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

DECLARAÇÃO

EDUARDO ROBERTO LIMA JÚNIOR,
Secretário Municipal de Finanças, da Prefeitura Municipal de Monte Mor,
Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, atendendo a solicitação
do interessado. **DECLARA**, para os devidos fins de atendimento a vossa
requisição 07/2018-da, de 28 de setembro de 2018, item 8. ENCARGOS
SOCIAIS, que os parcelamentos dos encargos sociais deste Município estão
em dia. Segue em anexo, planilha com os detalhamentos.

O referido é verdade e dou fé.

Monte Mor em 05 de outubro de 2018


EDUARDO ROBERTO LIMA JÚNIOR.
Secretário Municipal de Finanças

PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – MUNICÍPIO DE MONTE MOR

Nº AJUSTE	DT ASSINATURA	CREDOR	VR TOTAL DÍVIDA	Nº PARCELAS	PARCELAS PAGAS	VR PARCELA (PRINCIPAL)	VENCIMENTO 1ª PARCELA	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	SALDO
-	-	IPREMOR - Instituto de Prev. de Monte Mor	12.725.580,66	-	-	-	-	-	-	12.725.580,66

Devido ao Parcelamento 00654/2017 ter sido considerado IRREGULAR pelo Ministério da Fazenda - Secretaria da Previdência, conforme PAP nº 048/2016, não foi aprovado o devido Parcelamento 363/16, referente ao exercício 2.015; assim, o débito de R\$ 12.725.580,66 (apurado em 27/07/2017) não possui parcelamento, até o momento, está SUB JUDICE, referente ao saldo do Exercício de 2015.

Nº AJUSTE	DT ASSINATURA	CREDOR	VR TOTAL DÍVIDA	Nº PARCELAS	PARCELAS PAGAS	VR PARCELA (PRINCIPAL)	VENCIMENTO 1ª PARCELA	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	SALDO
2313/2017	01/08/17	IPREMOR - Instituto de Prev. de Monte Mor	18.007.884,50	200	14	90.039,42	20/08/2017	154.973,17	1.944.277,83	16.218.579,84

OBS.: substituiu o Parcelamento 00654/2017, considerado IRREGULAR, este refere-se somente aos exercícios de 2014 e 2016, todas as parcelas quitadas no Parcelamento 00654/2017, no total de 10 parcelas, R\$ 1.630.163,88, devem ser descontadas deste montante.
(Este acordo engloba os parcelamentos - 232/15 e 345/17)

Nº AJUSTE	DT ASSINATURA	CREDOR	VR TOTAL DÍVIDA	Nº PARCELAS	PARCELAS PAGAS	VR PARCELA (PRINCIPAL)	VENCIMENTO 1ª PARCELA	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	SALDO
621/2018	17/04/18	IPREMOR - Instituto de Prev. de Monte Mor	19.333.654,18	60	05	322.227,57	10/05/2018	61.737,51	1.672.875,36	17.722.516,33

Nº AJUSTE	DT ASSINATURA	CREDOR	VR TOTAL DÍVIDA	Nº PARCELAS	PARCELAS PAGAS	VR PARCELA (PRINCIPAL)	VENCIMENTO 1ª PARCELA	ATUALIZAÇÃO	AMORTIZAÇÃO	SALDO
24/11/2014 - Lei 12.996/2014		RECEITA FEDERAL	4.925.649,01	180	47	27.364,72	28/11/2014	1.378.053,74	1.640.657,99	4.663.044,76

OBS.: SALDO DEVEDOR EM 09/10/2018


EDUARDO ROBERTO LIMA JUNIOR.
 Secretário Municipal de Finanças

SEI/MF - 0844704 - Ofício

Página 1 de 2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Previdência
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social
Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 4.º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP: 70059-900 - Brasília/DF - (61) 2021-5824 - apoio.rpps@previdencia.gov.br

Ofício SEI nº 252/2018/COGAB/GAUD/CRPPS/SPREV-MF

A Sua Excelência o Senhor
THIAGO GATTI ASSIS
Prefeito do Município de Moque Mir (SP)
Rua Francisco Glicério, nº 398, Centro
CEP: 13190-080 - Moque Mir/SP

Assunto: Auditoria junto ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município.
Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 001/046/2016-97.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o muito respeitosamente, encaminhamos a Vossa Excelência o Despacho de Justificativa SEI nº 197/2018/COGAB/GAUD/CRPPS/SPREV-MF, anexo, proferido nos autos do Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 048/2016, instaurado em decorrência da auditoria realizada junto ao Regime Próprio de Previdência Social desse Município.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
MIGUEL ANTONIO FERNANDES CHAVES
Coordenador-Geral de Auditoria e Contencioso

Documento assinado eletronicamente por Gilberto Pereira, Coordenador(a) de Contencioso Administrativo Previdenciário Supletório(a), em 06/07/2018, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 4.538, de 6 de outubro de 2015.

A autenticidade desse documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.gov.br/sei/controleador_externo.php?

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controleador.php?acao=documento_visualizar&id_documento... 06/07/2018

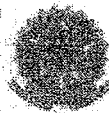


acao=documento.conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0844704 e o código CRC BA496599.

Processo nº 44060.001046/2016-97

SEI nº 0844704

Criado por gustavo.soares, versão 2 por gustavo.soares em 05/07/2018 11:17:21.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Previdência

CGAUC - Coordenação-Geral de Auditoria e Contencioso, em 05/07/2018.

Despacho de Justificativa SEI nº 197/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF

Referência: Processo Administrativo Previdenciário - PAP nº 048/2016
Interessado: MUNICÍPIO DE MONTE MOR/SP
Assunto: Justificativas após Despacho Preclusão

1. Trata-se de justificativas de regularização à NAF nº 048/2016 cadastrada no sistema CADPREV-WEB por meio do Termo de Acordo de Parcelamento nº 363/2016, pelo Município de MONTE MOR/SP, ora analisado em face do registro de irregularidades no CADPREV após lavratura do **DESPACHO PRECLUSÃO** nº 117/2016/CONTENCIOSO/BRPSP/SPPS/MF, de 17 de agosto de 2016.
2. No referido Despacho, foi alterada a situação do critério anotado na Notificação de Auditoria Fiscal - NAF nº 048/2016 "*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*" e "*Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa*" para "IRREGULAR".
3. O Ente federativo cadastrou no sistema CADPREV-WEB o Termo de Acordo de Parcelamento nº 363/2016, que será objeto de análise neste Decisório.
4. Após análise do aludido Termo de Parcelamento, foi exarado o Despacho de Justificativa SEI nº 155/2018/COCAP/CGAUC/SRPPS/SPREV-MF que manteve as irregularidades atribuídas aos critérios "*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*" e "*Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa*".
5. A fim de sanar as irregularidades apontadas pela auditoria, trouxe ao processo, por intermédio do Ofício IPREMOR nº 51/2018, de 28/06/2018, documentação comprobatória.
6. É o breve relatório.

DA ANÁLISE

Preliminar

7. Cabe assentar que o PAP em questão já se encontra resolvido no mérito, em declaração por meio da Despacho Preclusão, conforme previsto na Portaria MPS nº 530/2014, sobejando pendências a serem regularizadas.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&id_documento... 05/07/2018

06

8. Convém ressaltar ainda que na fase em que se encontra o PAP nº 048/2016, os documentos, ora encaminhados, serão recepcionados como justificativas de regularização na forma preconizada pelo art. 17, *caput*, da Portaria Ministerial nº 530/2014 e analisados pelo procedimento de auditoria-fiscal indireta, na qual será verificada a comprovação da regularização ou adequação do critério, após o que será decidido pela manutenção ou não da irregularidade.

Das Justificativas de Regularização à NAF

Do Critério "Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa"

9. No que se refere à irregularidade apontada no critério "Caráter contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa", verificou-se que houve um erro formal no somatório da planilha elaborada pela auditoria no que se refere ao débito compreendido no período de 01/2010 a 10/2015 da parte PATRONAL E PARTE DO SERVIDOR. No item 2.12 foram apuradas diferenças a regularizar no valor originário de R\$ 8.356.730,05 sendo R\$ 7.256.955,96 da parte do Ente e R\$ 1.099.776,59, entretanto os valores corretos a serem regularizados montam em R\$ 9.646.892,10 sendo R\$ 8.850.140,91 da parte do Ente e R\$ 796.751,19 da parte descontada do servidor conforme planilha abaixo. No item 2.15.1.3 concluiu que são devidas as diferenças das parcelas de número 1 a 58 pagas sem a devida correção monetária e juros mensais devidos acarretando na diferença em valores originários R\$ 231.809,44 apontados na segunda tabela abaixo:

Parcela	Valor de Pagamento	Contribuição Devida	Contribuição Repassada	Contribuição Pendente	Parcela Descontada (Debitada)
jan/10	1152.162,50	329.872,03	329.872,48	30.546,03	295.256,02
fev/10	1416.551,20	407.441,06	407.442,50	285.904,59	120.216,34
mar/10	1506.780,84	423.490,06	423.671,52	317.630,96	105.842,12
abr/10	1819.551,86	524.226,64	524.473,20	459.135,63	70.088,97
maio/10	1532.030,23	424.336,72	424.344,33	441.044,16	14.111,55
jun/10	1637.630,13	473.229,07	473.345,25	466.333,27	7.885,78
jul/10	1690.871,00	496.333,98	496.371,52	441.356,33	5.977,15
ago/10	1872.428,59	529.270,32	529.281,02	441.044,16	7.236,16
set/10	1512.661,56	424.336,72	424.344,33	441.044,16	10.248,23
out/10	1705.419,08	496.333,98	496.371,52	441.044,16	5.294,30
nov/10	1585.110,47	424.336,72	424.344,33	441.044,16	2.238,19
dez/10	1642.855,15	496.333,98	496.371,52	441.044,16	2.238,19
jan/11	1591.228,24	424.336,72	424.344,33	441.044,16	2.238,19
TOTAL	20.408.475,53	16.118.554,20	16.118.554,20	4.894.245,17	91.224.551,00

08

jan11	1.133.562,22	1.254.140,43	301.441,34	207.356,20	222.045,30	173.478,10		0
fev11	1.752.222,22	1.995.017,89	595.751,71	343.132,20	344.353,00	144.819,47		0,226,35
mar11	2.011.121,90	1.952.050,00	995.648,57	445.740,50	344.954,00	144.576,60		1,034,72
abr11	1.876.758,44	1.870.550,00	992.902,70	513.500,00	375.872,72	152.894,30		4,091,70
mai11	1.255.114,70	1.471.763,21	336.002,43	301.095,00	336.071,30	153.207,40		4,904,70
jun11	1.843.367,41	1.453.266,45	243.253,00	182.230,00	325.300,00	162.376,00		6,541,00
jul11	1.602.752,34	1.471.540,51	891.694,50	513.500,00	325.300,00	162.376,00		3,071,00
ago11	1.971.650,44	1.453.266,45	995.648,57	343.132,20	344.353,00	144.819,47		5,512,35
set11	1.225.227,20	1.443.635,00	325.166,74	182.230,00	325.300,00	162.376,00		8,432,45
out11	1.055.420,20	1.443.635,00	325.166,74	182.230,00	325.300,00	162.376,00		7,5
nov11	1.641.550,20	1.453.400,00	995.648,57	343.132,20	344.353,00	144.819,47		0,708,74
dez11	2.403.470,86	1.443.635,00	325.166,74	182.230,00	325.300,00	162.376,00		5,761,02
total11	1.627.450,70	1.453.054,20	325.166,74	182.230,00	325.300,00	162.376,00		0
TOTAL	24.000.000,00	24.000.000,00	12.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	3.000.000,00		25.500,00

jan12	2.001.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		0
fev12	1.300.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		1,507,60
mar12	1.344.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		4,283,70
abr12	2.000.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		2,102,40
mai12	2.251.400,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		3,503,40
jun12	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		1,034,20
jul12	2.000.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		4,203,50
ago12	2.410.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		0,730,70
set12	2.300.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		2,320,10
out12	2.000.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		3,800,40
nov12	2.000.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		0,548,20
dez12	2.000.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		6,500,00
total12	1.990.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		0
TOTAL	24.000.000,00	24.000.000,00	12.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	3.000.000,00		40.000,00

jan13	2.470.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		4,007,00
fev13	2.000.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		2,903,50
mar13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		4,030,70
abr13	2.470.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		3,574,00
mai13	2.500.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		6,301,20
jun13	2.170.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		7,603,50
jul13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		4,407,00
ago13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		6,300,00
set13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		6,707,70
out13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		6,604,00
nov13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		6,502,40
dez13	2.400.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		1,300,00
total13	2.500.000,00	1.470.145,20	625.733,01	151.112,13	438.641,70	162.376,00		0
TOTAL	24.000.000,00	24.000.000,00	12.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	3.000.000,00		48.000,00

08

jan/18	3.225.758,56	2.514.008,23	569.250,00	247.541,20	645.571,64	293.349,50		9.301,15
fev/18	2.326.843,42	2.455.208,86	86.401,24	258.696,64	648.571,28	294.055,70		1.508,32
mar/18	3.345.620,20	2.448.428,45	817.291,38	220.141,20	665.675,54	253.004,12		8.336,24
abr/18	3.351.035,44	2.610.551,20	870.807,36	238.060,50	645.075,31	244.555,00		4.502,24
maio/18	3.532.455,07	2.335.151,31	1.135.041,79	383.668,47	645.523,85	291.803,05		5.015,53
jun/18	5.156.192,10	2.143.877,20	3.233.334,50	388.446,23	638.452,44	567.456,75		7.200,15
jul/18	3.558.134,64	2.323.036,70	343.049,93	381.846,47	637.268,87	241.406,49		
ago/18	2.624.812,20	2.800.477,75	855.308,12	356.266,04	481.195,21	516.525,97	293.247,15	2.258,30
set/18	3.357.408,24	2.894.431,28	342.168,90	0,00	356.496,57	515.116,04	444.751,00	8.331,00
out/18	2.600.411,82	2.325.026,01	553.046,28	340.550,00	0,00	508.155,24	508.607,28	
nov/18	3.558.608,75	2.674.750,83	344.682,50	316.320,00	0,00	503.602,57	501.791,22	
dez/18	0.000.000,00	2.508.832,31	855.308,20	548.201,75	1.252.348,98	343.318,44		399,43
TOTAL	2.334.154,30	2.638.156,48	384.303,24	322.014,28	445.351,45	521.405,17		
TOTAL	45.014.892,44	38.598.189,43	12.021.534,80	4.823.015,64	7.028.324,42	6.868.425,72	1.428.287,23	64.918,86

jan/18	2.503.676,24	2.627.811,10	172.141,30	342.263,50	1.058.207,51	342.617,51		4.402,80
fev/18	4.820.837,10	3.828.517,20	1.058.628,24	332.574,00	1.661.875,62	542.411,61		
mar/18	4.320.161,11	3.665.613,61	1.080.747,44	344.553,10	1.440.337,85	447.319,35		4.073,40
abr/18	4.288.436,18	3.783.743,34	1.079.621,21	342.680,30	1.228.750,28	454.207,23		1.864,10
maio/18	4.441.610,50	3.781.044,70	1.300,35,36	371.520,25	1.343.202,22	364.713,99		864,50
jun/18	4.641.895,95	3.450.350,35	1.591.586,53	247.032,93	524.471,42	472.441,98		230,20
jul/18	4.358.227,42	3.414.310,30	1.982.128,10	270.664,00	636.401,20	652.655,25		
ago/18	4.225.031,31	3.412.875,80	1.941.908,78	280.835,60	2.236,70	451.250,66		
set/18	3.842.481,24	3.408.386,94	1.104.938,84	241.690,14	0,00	25.402,50		
out/18	3.873.124,84	3.467.761,20	1.122.338,20	378.311,76	0,00	0,00		
nov/18								
dez/18								
TOTAL	47.458.589,23	32.943.572,30	11.422.851,14	2.192.032,70	5.336.365,06	2.199.379,53	0,00	10.226,90

2011	23/12/2005	29	19.343,69	24.206,14	3.856,15
2012	23/12/2005	30	19.343,69	24.335,99	4.108,82
2013	23/12/2005	31	19.343,69	24.392,02	4.221,28
2014	23/12/2005	32	19.343,69	24.661,27	4.344,30
2015	23/12/2005	33	19.343,69	24.814,80	4.517,15
2016	23/12/2005	34	19.343,69	24.969,76	4.692,51
2017	23/12/2005	35	19.343,69	24.924,21	4.312,09
2018	23/12/2005	36	19.343,69	24.275,35	5.070,27
2019	23/12/2005	37	19.343,69	24.439,50	5.127,62
2020	23/12/2005	38	19.343,69	24.585,14	5.527,65
2021	23/12/2005	39	19.343,69	24.734,70	5.398,70
2022	23/12/2005	40	19.343,69	24.889,43	5.656,51
2023	23/12/2005	41	19.343,69	25.044,05	5.813,63
2024	23/12/2005	42	19.343,69	25.197,73	5.889,93
2025	23/12/2005	43	19.343,69	25.351,37	6.027,44
2026	23/12/2005	44	19.343,69	25.505,01	5.189,56
2027	23/12/2005	45	19.343,69	25.658,55	6.330,15
2028	23/12/2005	46	19.343,69	25.812,50	5.481,63
2029	23/12/2005	47	19.343,69	25.966,54	6.599,05
2030	23/12/2005	48	19.343,69	26.119,25	5.739,24
2031	23/12/2005	49	19.343,69	26.273,23	6.894,61
2032	23/12/2005	50	19.343,69	26.426,03	5.121,43
2033	23/12/2005	51	19.343,69	26.580,50	7.259,71
2034	23/12/2005	52	19.343,69	26.734,17	7.447,85
2035	23/12/2005	53	19.343,69	26.887,81	7.632,76
2036	23/12/2005	54	19.343,69	27.041,48	7.826,32
2037	23/12/2005	55	19.343,69	27.195,16	7.933,82
2038	23/12/2005	56	19.343,69	27.348,75	8.066,35
2039	23/12/2005	57	19.343,69	27.502,59	8.179,34
2040	23/12/2005	58	19.343,69	27.656,24	8.337,15
2041	23/12/2005	59	19.343,69	27.809,28	8.500
2042	23/12/2005	60	19.343,69	27.961,94	8.660
2043	23/12/2005	61	19.343,69	28.114,50	8.820
2044	23/12/2005	62	19.343,69	28.267,06	8.980
2045	23/12/2005	63	19.343,69	28.419,50	9.140
2046	23/12/2005	64	19.343,69	28.571,94	9.300
2047	23/12/2005	65	19.343,69	28.724,38	9.460
2048	23/12/2005	66	19.343,69	28.876,82	9.620
2049	23/12/2005	67	19.343,69	29.029,26	9.780
2050	23/12/2005	68	19.343,69	29.181,70	9.940
2051	23/12/2005	69	19.343,69	29.334,14	10.100
2052	23/12/2005	70	19.343,69	29.486,58	10.260
2053	23/12/2005	71	19.343,69	29.639,02	10.420
2054	23/12/2005	72	19.343,69	29.791,46	10.580
2055	23/12/2005	73	19.343,69	29.943,90	10.740
2056	23/12/2005	74	19.343,69	30.096,34	10.900
2057	23/12/2005	75	19.343,69	30.248,78	11.060
2058	23/12/2005	76	19.343,69	30.401,22	11.220
2059	23/12/2005	77	19.343,69	30.553,66	11.380
2060	23/12/2005	78	19.343,69	30.706,10	11.540
2061	23/12/2005	79	19.343,69	30.858,54	11.700
2062	23/12/2005	80	19.343,69	31.010,98	11.860
2063	23/12/2005	81	19.343,69	31.163,42	12.020
2064	23/12/2005	82	19.343,69	31.315,86	12.180
2065	23/12/2005	83	19.343,69	31.468,30	12.340
2066	23/12/2005	84	19.343,69	31.620,74	12.500
2067	23/12/2005	85	19.343,69	31.773,18	12.660
2068	23/12/2005	86	19.343,69	31.925,62	12.820
2069	23/12/2005	87	19.343,69	32.078,06	12.980
2070	23/12/2005	88	19.343,69	32.230,50	13.140
2071	23/12/2005	89	19.343,69	32.382,94	13.300
2072	23/12/2005	90	19.343,69	32.535,38	13.460
2073	23/12/2005	91	19.343,69	32.687,82	13.620
2074	23/12/2005	92	19.343,69	32.840,26	13.780
2075	23/12/2005	93	19.343,69	32.992,70	13.940
2076	23/12/2005	94	19.343,69	33.145,14	14.100
2077	23/12/2005	95	19.343,69	33.297,58	14.260
2078	23/12/2005	96	19.343,69	33.450,02	14.420
2079	23/12/2005	97	19.343,69	33.602,46	14.580
2080	23/12/2005	98	19.343,69	33.754,90	14.740
2081	23/12/2005	99	19.343,69	33.907,34	14.900
2082	23/12/2005	100	19.343,69	34.059,78	15.060
2083	23/12/2005	101	19.343,69	34.212,22	15.220
2084	23/12/2005	102	19.343,69	34.364,66	15.380
2085	23/12/2005	103	19.343,69	34.517,10	15.540
2086	23/12/2005	104	19.343,69	34.669,54	15.700
2087	23/12/2005	105	19.343,69	34.821,98	15.860
2088	23/12/2005	106	19.343,69	34.974,42	16.020
2089	23/12/2005	107	19.343,69	35.126,86	16.180
2090	23/12/2005	108	19.343,69	35.279,30	16.340
2091	23/12/2005	109	19.343,69	35.431,74	16.500
2092	23/12/2005	110	19.343,69	35.584,18	16.660
2093	23/12/2005	111	19.343,69	35.736,62	16.820
2094	23/12/2005	112	19.343,69	35.889,06	16.980
2095	23/12/2005	113	19.343,69	36.041,50	17.140
2096	23/12/2005	114	19.343,69	36.193,94	17.300
2097	23/12/2005	115	19.343,69	36.346,38	17.460
2098	23/12/2005	116	19.343,69	36.498,82	17.620
2099	23/12/2005	117	19.343,69	36.651,26	17.780
2100	23/12/2005	118	19.343,69	36.803,70	17.940
2101	23/12/2005	119	19.343,69	36.956,14	18.100
2102	23/12/2005	120	19.343,69	37.108,58	18.260
2103	23/12/2005	121	19.343,69	37.261,02	18.420
2104	23/12/2005	122	19.343,69	37.413,46	18.580
2105	23/12/2005	123	19.343,69	37.565,90	18.740
2106	23/12/2005	124	19.343,69	37.718,34	18.900
2107	23/12/2005	125	19.343,69	37.870,78	19.060
2108	23/12/2005	126	19.343,69	38.023,22	19.220
2109	23/12/2005	127	19.343,69	38.175,66	19.380
2110	23/12/2005	128	19.343,69	38.328,10	19.540
2111	23/12/2005	129	19.343,69	38.480,54	19.700
2112	23/12/2005	130	19.343,69	38.632,98	19.860
2113	23/12/2005	131	19.343,69	38.785,42	20.020
2114	23/12/2005	132	19.343,69	38.937,86	20.180
2115	23/12/2005	133	19.343,69	39.090,30	20.340
2116	23/12/2005	134	19.343,69	39.242,74	20.500
2117	23/12/2005	135	19.343,69	39.395,18	20.660
2118	23/12/2005	136	19.343,69	39.547,62	20.820
2119	23/12/2005	137	19.343,69	39.699,06	20.980
2120	23/12/2005	138	19.343,69	39.851,50	21.140
2121	23/12/2005	139	19.343,69	40.003,94	21.300
2122	23/12/2005	140	19.343,69	40.156,38	21.460
2123	23/12/2005	141	19.343,69	40.308,82	21.620
2124	23/12/2005	142	19.343,69	40.461,26	21.780
2125	23/12/2005	143	19.343,69	40.613,70	21.940
2126	23/12/2005	144	19.343,69	40.766,14	22.100
2127	23/12/2005	145	19.343,69	40.918,58	22.260
2128	23/12/2005	146	19.343,69	41.071,02	22.420
2129	23/12/2005	147	19.343,69	41.223,46	22.580
2130	23/12/2005	148	19.343,69	41.375,90	22.740
2131	23/12/2005	149	19.343,69	41.528,34	22.900
2132	23/12/2005	150	19.343,69	41.680,78	23.060
2133	23/12/2005	151	19.343,69	41.833,22	23.220
2134	23/12/2005	152	19.343,69	41.985,66	23.380
2135	23/12/2005	153	19.343,69	42.138,10	23.540
2136	23/12/2005	154	19.343,69	42.290,54	23.700
2137	23/12/2005	155	19.343,69	42.442,98	23.860
2138	23/12/2005	156	19.343,69	42.595,42	24.020
2139	23/12/2005	157	19.343,69	42.747,86	24.180
2140	23/12/2005	158	19.343,69	42.900,30	24.340
2141	23/12/2005	159	19.343,69	43.052,74	24.500
2142	23/12/2005	160	19.343,69	43.205,18	24.660
2143	23/12/2005	161	19.343,69	43.357,62	24.820
2144	23/12/2005	162	19.343,69	43.510,06	24.980
2145	23/12/2005	163	19.343,69	43.662,50	25.140
2146	23/12/2005	164	19.343,69	43.814,94	25.300
2147	23/12/2005	165	19.343,69	43.967,38	25.460
2148	23/12/2005	166	19.343,69	44.119,82	25.620
2149	23/12/2005	167	19.343,69	44.272,26	25.780
2150	23/12/2005	168	19.343,69	44.424,70	25.940
2151	23/12/2005	169	19.343,69	44.577,14	26.100
2152	23/12/2005	170	19.343,69	44.729,58	26.260
2153	23/12/2005	171	19.343,69	44.882,02	26.420
2154	23/12/2005	172	19.343,69	45.034,46	26.580
2155	23/12/2005	173	19.343,69	45.186,90	26.740
2156	23/12/2005	174	19.343,69	45.339,34	26.900
2157	23/12/2005	175	19.343,69	45.491,78	27.060
2158	23/12/2005	176	19.343,69	45.644,22	27.220
2159	23/12/2005	177	19.343,69	45.796,66	27.380
2160	23/12/2005	178	19.343,69	45.949,10	27.540
2161	23/12/2005	179	19.343,69	46.101,54	27.700
2162	23/12/2005	180	19.343,69	46.253,98	27.860
2163	23/12/2005	181	19.343,69	46.406,42	28.020
2164	23/12/2005	182	19.343,69	46.558,86	28.180
2165	23/12/2005	183	19.343,69	46.711,30	28.340
2166	23/12/2005	184	19.343,69	46.863,74	28.500
2167	23/12/2005	185	19.343,69	47.016,18	28.660
2168	23/12/2005	186	19.343,69	47.168,62	28.820
2169	23/12/2005	187	19.343,69	47.321,06	28.980
2170	23/12/2005	188	19.343,69	47.473,50	29.140
2171	23/12/2005	189	19.343,69	47.625,94	29.300
2172	23/12/2005	190	19.343,69		

13. No tocante ao débito compreendido no período de 01/2010 a 10/2015 da parte DO SERVIDOR, o interessado não correu ao processo comprovante de sua quitação à vista, devidamente atualizado (planilha discriminando a atualização dos valores, guia de recolhimento e/ou nota de empenho e extrato bancário do RPPS); ou Termo de Parcelamento.

14. No que se refere ao débito identificado no item 2.15.1.3 do relatório de auditoria, qual seja, diferenças das parcelas de número 1 a 58 do Tero de Parcelamento, diferença em valores originários R\$ 231.809,44, alega que efetuou o repasse dos valores à vista, devidamente atualizado, juntando ao processo para comprovar planilha discriminando a atualização dos valores e comprovante bancário de TED efetuada.

15. A documentação foi objeto de análise e verificou-se que a atualização não foi feita de forma correta, pois não foram utilizadas o índice de atualização e percentual de juros de forma acumulada da data do vencimento até a data do pagamento, desta forma, mantém-se o débito identificado no item 2.15.1.3 do relatório de auditoria, qual seja, diferenças das parcelas de número 1 a 58 do Tero de Parcelamento, diferença em valores originários R\$ 231.809,44.

16. Portanto, considerando todo o exposto, CONCLUI-SE pela manutenção da irregularidade atribuída ao critério "Caráter Contributivo (Repasse) – Decisão Administrativa".

Do Critério "Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR"

17. O Relatório de auditoria concluiu pela irregularidade no Demonstrativo dos Investimentos e Disponibilidades Financeiras - Consistência das Informações por apresentar divergência no valor das disponibilidades e de ativos financeiros NO BIMESTRE setembro/outubro de 2015, segue trecho do relatório:

4.2 Foi realizada a conferência das informações prestadas através dos Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR encaminhados bimestralmente à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS, nos últimos bimestres de cada ano desde 2011 até quinto bimestre de 2015, NÃO SE CONSTATANDO divergência nos enquadramentos porém apresentando divergência no valor das disponibilidades e de ativos financeiros NO BIMESTRE setembro/outubro de 2015.

			Resumo	05/2015 até 09/2015
		Disponibilidades	R\$ 1.359	1.359
		Ativos financeiros	R\$ 5.630,24	5.630,24
		Total		

18. O Município em tela alega que efetuou as retificações de acordo com os valores identificados pela auditoria. Para comprovar, junta ao processo cópia do Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR de Setembro e Outubro de 2015 devidamente retificado.

19. Ao se analisar o DAIR em tela, verifica-se que restou comprovada a retificação do DAIR de de acordo com os valores identificados pela auditoria, desta feita, alteração do status do critério "Demonstrativos das Aplicações e Investimentos dos Recursos-DAIR" para REGULAR é a medida que se impõe.

CONCLUSÃO

20. Diante do exposto, concluo, com fulcro no art. 17, caput, da Portaria MPS nº 530, de 24 de novembro de 2014, que a documentação apresentada comprova o saneamento parcial das irregularidades julgadas procedentes no **DESPACHO PRECLUSÃO nº 117/2016/CONTENCIOSO/DRPSP/SPFS/MF**, de 17 de agosto de 2016. Portanto,

PROPONHO:

- a) **MANTER**, no sistema CADPREV, a situação do ente federativo, em relação ao critério "*Caráter Contributivo (Repasse) - Decisão Administrativa*" como "**IRREGULAR**", conforme análise supra;
- b) **ALTERAR**, no sistema CADPREV, a situação do ente federativo, em relação ao critério "*Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos - Decisão Administrativa*" para "**REGULAR**", conforme análise supra;
- c) **ENVIAR** ao Ente Federativo, para conhecimento, o presente Despacho de Justificativas, com cópia à Unidade Gestora;
- d) **SUBMETER** o presente Despacho de Justificativas à homologação da Coordenadora do Contencioso Administrativo Previdenciário.

Documento assinado eletronicamente

GUSTAVO ALBERTO STARLING SOARES FILHO

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Matrícula - 1.452.682

COORDENAÇÃO DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO, em 05/07/2018.

1. Visto. De acordo.
2. Encaminhe-se o presente Despacho e adotem-se as demais medidas como propostas.

Documento assinado eletronicamente

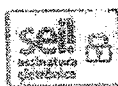
IVANI SANTOS ANDRADE

Coordenadora de Contencioso Administrativo Previdenciário



Documento assinado eletronicamente por Gustavo Alberto Starling Soares Filho, Auditor(a) Fiscal, em 05/07/2018, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&id_documento=05/07/2018



Documento assinado eletronicamente por Ivani Santos Andrade, Coordenador(a) de Contencioso Administrativo Previdenciário, em 05/07/2018, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0840374 e o código CRC 66F90328.

Referência: Processo nº 44060.001046/2016-97.

SEI nº 0840374

Criado por gustavo.soares, versão 10 por gustavo.soares em 05/07/2018 11:12:49.

14

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Glicério, 199
Bairro: centro
Telefone: (019) 3879-9000
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Giatti Assis
CPF: 195.660.708-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56
CEP: 13190-000
Fax: (019) 3879-9000

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Bairro: Vila Magal
Telefone: (019) 3879-1083
E-mail: ipremor@ipremor.com.br
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves
CPF: 062.875.488-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.865.518/0001-49
CEP: 13190-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2462 de 25 de julho de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 30.383.728,16 (trinta milhões e trezentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), correspondentes aos valores de Reparcimento dos termos 232/15, 363/16 e 345/17 devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2014 a 12/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 30.383.728,16 (trinta milhões e trezentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 151.918,64 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 151.918,64 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), vencerá em 20/08/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2462 de 25 de julho de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da

15

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 27/07/2017

Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Giatti Assis

Thiago Giatti Assis
Prefeito Municipal

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convênios
CPF: 060.667.998-78
RG: 17498154

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de rendas e Tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340X

16

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

DECLARAÇÃO

Thiago Giatti Assis, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00654/2017, firmado entre o/a Monte Mor e o Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor em 27/07/2017, foi publicado em 27/07/2017 no

☒ mural
() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Monte Mor, 27/07/2017


Thiago Giatti Assis
Prefeito

Thiago Giatti Assis
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00654/2017	Data	27/07/2017
Valor consolidado	30.383.728,16	Valor da prestação inicial	151.918,64
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	20/08/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Monte Mor/SP	CNPJ	45.787.652/0001-56
Representante Legal	Thiago Giatti Assis	CPF	195.660.708-02
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8
		Conta nº	60309-0

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdencia Municipal de Monte Mor	CNPJ	04.865.518/0001-49
Representante Legal	Fernando José Ginefra Gonçalves	CPF	062.875.488-43
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8
		Conta nº	57688-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

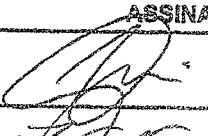
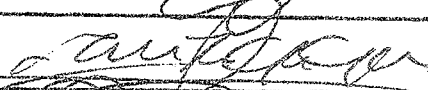

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Monte Mor/SP - 27/07/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	 Thiago Giatti Assis Prefeito Municipal
UNIDADE GESTORA	 Fernando J. G. Gonçalves Diretor Presidente Matr. 908
BANCO DO BRASIL (*)	 Luis Antonio Moreli Gerente de Agência

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).


Luis Antonio Moreli
Gerente de Agência



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

LEI Nº 2462, de 25 de julho de 2017

“Dispõe sobre o reparcelamento e parcelamento de débitos do Município de Monte Mor com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e dá outras providências”.
(Autoria: Poder Executivo)

THIAGO GIATTI ASSIS, Prefeito Municipal de Monte Mor, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Monte Mor aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento e reparcelamento dos débitos do Município de Monte Mor com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto Municipal de Previdência de Monte Mor - IPREMOR, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências até março de 2017, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, com as alterações da Portaria MF nº 333/2017.

Art. 2º. Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, com dispensa da multa.

Art. 3º. Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores atualizados da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data de consolidação do termo de reparcelamento, com dispensa da multa.

Art. 4º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento), acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

Lei 2462/2017-fls.02

Art. 6º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcèlement, não pagas no seu vencimento.


Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcèlement e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, em 25 de julho de 2017.


THIAGO GIATTI ASSIS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, enviada ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.


LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT
Secretária Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02313/2017)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Monte Mor/SP	CNPJ:	45.787.552/0001-56
Endereço:	Rua Francisco Glóbio, 199	CEP:	13190-000
Bairro:	centro	Fax:	(019) 3879-9060
Telefone:	(019) 3879-9000		
E-mail:	gabinete@montemor.sp.gov.br		
Representante legal:	Thiago Giani Assis		
CPF:	195.660.708-02		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	gabinete@montemor.sp.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor	CNPJ:	04.885.518/0501-49
Endereço:	Rua Marilice Lirani, 85	CEP:	13190-000
Bairro:	Vila Magal	Fax:	
Telefone:	(019) 3879-1083		
E-mail:	ipremor@ipremor.com.br		
Representante legal:	Fernando José Ginefra Gonçalves		
CPF:	062.575.488-43		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	fernando@ipremor.com.br	Data início da gestão:	02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2365/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 18.007.884,50 (dezoito milhões e sete mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), correspondentes aos valores da Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2014 a 12/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 18.007.884,50 (dezoito milhões e sete mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 90.039,42 (noventa mil e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 90.039,42 (noventa mil e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos), vencerá em 20/08/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados da consolidação do parcelamento anterior e das prestações pagas deste, atualizados pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados, desde a data do valor consolidado do (re)parcelamento e prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02313/2017)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcèlement e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 01/08/2017

Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Giatti Assis

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Thiago Giatti Assis
Prefeito Municipal

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann
Chefe de orçamento
CPF: 060.667.998-78
RG: 17.498.154

Edilson Hackmann
Diretor Plano Orçamentário
e Controlador
Prefeitura Municipal de Monte Mor

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de rendas e tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340-X

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributos
Monte Mor - SP
Matr: 003857

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02313/2017)**

DECLARAÇÃO

Thiago Giatti Assis, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários nº 02313/2017, firmado entre o/a Monte Mor e o Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor em 01/03/2017, foi publicado em _____/_____/_____.
no _____

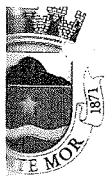
☒ mural
() jornal _____ - Edição nº _____ de ____/____/_____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de ____/____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Monte Mor, 02/07/18


Thiago Giatti Assis
Prefeito

Thiago Giatti Assis
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

23

LEI Nº 2365, de 22 de novembro de 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar acordo de parcelamento da dívida mantida junto ao IPREMOR – Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor.

(Autoria: Poder Executivo)

THIAGO GIATTI ASSIS, Prefeito do Município de Monte Mor, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45, inciso III da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social, das competências de Fevereiro a Dezembro de 2.016, inclusive 13º salários, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS 402/2008, na redação das Portarias MPS n. 21/2013 e n. 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Artigo 2º – Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

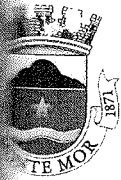
§ 1º – As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1 % (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês de pagamento.

§ 2º – As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1 % (um por cento) ao mês e multa de 2 % (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Artigo 3º – Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DIVA DE ALMEIDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ite.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-1KEJ-71ZX-4EJ3-K915



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

24

Lei 2365/2016-fls.02


Artigo 4º – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, 22 de novembro de 2016.

THIAGO GIATTI ASSIS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, enviada ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.


LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT
Secretária Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana

25

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Glicério, 199
Bairro: centro
Telefone: (019) 3879-9000
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Giatti Assis
CPF: 195.660.708-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56
CEP: 13190-000
Fax: (019) 3879-9000

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Bairro: Vila Magal
Telefone: (019) 3879-1083
E-mail: ipremor@ipremor.com.br
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves
CPF: 062.875.488-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.865.518/0001-49
CEP: 13190-000
Fax:
Complemento:
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2511 de 31 de outubro de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 19.333.654,18 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2017 a 12/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 19.333.654,18 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 322.227,57 (trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 322.227,57 (trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 10/05/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 2511 de 31 de outubro de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

26

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento);

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 17/04/2018

Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Gatti Assis

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convenios
CPF: 060.667.998-78
RG: 17498154

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340x

27

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)

DECLARAÇÃO

Thiago Giatti Assis, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00621/2018, firmado entre o/a Monte Mor e o Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor em 17/04/2018, foi publicado em ____/____/____ no

☒ mural

() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

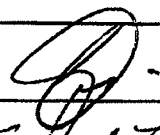
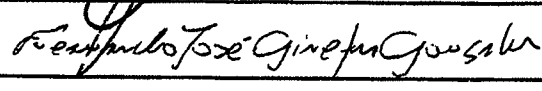
Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Monte Mor, ____/____/____

Thiago Giatti Assis
Prefeito



~

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	00621/2018		Data	17/04/2018	
Valor consolidado	19.333.654,18		Valor da prestação inicial	322.227,57	
Número prestações	60		Vencimento 1ª prestação	10/05/2018	
DEVEDOR					
Ente Federativo	Monte Mor/SP		CNPJ	45.787.652/0001-56	
Representante Legal	Thiago Giatti Assis		CPF	195.660.708-02	
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8	Conta nº	60309-0
CREDOR					
Unidade Gestora	Instituto de Previdencia Municipal de Monte Mor		CNPJ	04.865.518/0001-49	
Representante Legal	Fernando José Ginefra Gonçalves		CPF	062.875.488-43	
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8	Conta nº	57688-3
<p>1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:</p> <p>1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;</p> <p>1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.</p> <p>2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:</p> <p>2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.</p> <p>2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.</p> <p>2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.</p> <p>2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.</p> <p>3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.</p> <p>4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.</p>					
Monte Mor/SP - 17/04/2018					
ASSINATURAS					
ENTE FEDERATIVO					
UNIDADE GESTORA	 Fernando J. G. Gonçalves Diretor Presidente Matr. 996				
BANCO DO BRASIL (*)					
(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).					

~



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 45.787.652/0001-56 Número do acordo: 00621/2018 Data de consolidação do Termo: 17/04/2018
 Ente: Prefeitura Municipal de Monte Mor / SP Data de assinatura do Termo: 17/04/2018
 Título: Parcelamento da Contribuição Patronal competências de jan a 13º de 2.017 Data de vencimento da 1ª: 10/05/2018
 Lei autorizativa do parcelamento: 2511 de 31 de outubro de 2.017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal
 Competência: Inicial: 01/2017 Final: 13/2017 Quantidade de Parcelas: 60
 Diferença apurada: 17.315.178,96 Diferença apurada atualizada: 19.333.654,18
 Valor da parcela na data de consolidação: 322.227,57

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA FUNDIÇÃO

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2017	776.040,75	0,38	3,28	25.454,14	14,00	112.209,28	15.520,82	929.224,99
02/2017	712.314,94	0,33	2,94	20.942,06	13,00	95.323,41	14.246,30	842.826,71
03/2017	788.516,58	0,25	2,68	21.132,24	12,00	97.157,86	15.770,33	922.577,01
04/2017	1.568.949,02	0,14	2,54	39.851,31	11,00	176.968,04	31.378,98	1.817.147,35
05/2017	1.557.688,22	0,31	2,22	34.580,68	10,00	159.226,89	31.153,76	1.782.649,55
06/2017	1.579.399,67	-0,23	2,46	38.853,23	9,00	145.642,76	31.587,99	1.795.483,65
07/2017	1.575.993,91	0,24	2,21	34.829,47	8,00	128.865,87	31.519,88	1.771.209,13
08/2017	1.572.755,91	0,19	2,02	31.769,67	7,00	112.316,79	31.455,12	1.748.297,49
09/2017	1.568.341,53	0,16	1,85	29.014,32	6,00	95.841,35	31.366,83	1.724.564,03
10/2017	1.559.193,08	0,42	1,43	22.296,46	5,00	79.074,48	31.183,86	1.691.747,88
11/2017	1.358.604,03	0,28	1,14	15.488,09	4,00	54.963,68	27.172,08	1.456.227,88
12/2017	2.697.381,32	0,44	0,70	18.881,67	3,00	81.487,89	53.947,63	2.851.698,51
13/2017	0,00		0,70	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	17.315.178,96			333.093,34		1.339.078,30	346.303,58	19.333.654,18



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Monte Mor / SP - 45.787.652/0001-56

Representante Legal: 195.660.708-02 - Thiago Giatti Assis

Data: 11/11

Assinatura: _____

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor - 04.865.518/0001-49

Representante Legal: 062.875.488-43 - Fernando José Ginefra Gonçalves

Data: 17/4/18

Assinatura: Fernando J. G. Gonçalves

Diretor Presidente
Matr. 998

TESTEMUNHAS:

Nome: Edison Hackmann

Cargo: Dir. de Planejamento Orçamentário e Convenios

CPF: 060.667.998-78

Nome: Rafael Pereira da Oliveira

Cargo: Fiscal de Rendas e Tributos

CPF: 035.812.726-28



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

LEI Nº 2511, de 31 de outubro de 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar acordo de parcelamento da dívida mantida junto ao IPREMOR – Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor (Autoria: Poder Executivo)

THIAGO GIATTI ASSIS, Prefeito do Município de Monte Mor, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45, inciso III da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social, das competências de janeiro a dezembro de 2017, inclusive 13º salários, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS 402/2008, na redação das Portarias MPS n. 21/2013 e n. 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Artigo 2º – Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º – As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1 % (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês de pagamento.

§ 2º – As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1 % (um por cento) ao mês e multa de 2 % (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Artigo 3º – Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

Lei 2511/2017-fls.02


Artigo 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, 31 de outubro de 2017.

THIAGO GIATTI ASSIS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, enviada ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.


LUCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT
Secretária Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana

Extrato e Demonstrativos da Dívida Consolidada - Modalidades da Lei nº 12.996/2014

Situação: Em Parcelamento

Lei 12.996/2014-RFB - Demais Débitos-Parcelamento
Data da Consolidação: 24/11/2014

ATENÇÃO:

A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Descrição	Valor (R\$)	
Dívida Consolidada em 24/11/2014		
Valor Sem Reduções		
Valor Com Reduções	239.874,91	
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	201.439,81	
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014		
(=) Saldo Consolidado em valores de 24/11/2014	29.505,36	Para o detalhamento das amortizações, clique
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	171.934,45	
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014		
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 24/11/2014	39.556,33	Para o detalhamento das amortizações, clique
(+) Juros Acumulados até 09/10/2018 - 41,95%	39.556,33	
(=) Saldo Devedor em 09/10/2018	132.378,12	
	55.532,62	
	187.910,74	

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

- Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação
- Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Conclusão da Consolidação
- Demonstrativo de Apuração da Prestação Básica
- Demonstrativo de Prestações

Retornar

Menu

Extrato e Demonstrativos da Dívida Consolidada - Modalidades da Lei nº 12.996/2014

Lei 12.996/2014-RFB – Débitos Previdenciários-Parcelamento
Data da Consolidação: 24/11/2014





Situação: Em Parcelamento

ATENÇÃO:

A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Descrição	Valor (R\$)	
Dívida Consolidada em 24/11/2014		
Valor Sem Reduções	5.348.773,99	
Valor Com Reduções	4.701.450,65	
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	921.337,28	
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	921.337,28	Para o detalhamento das amortizações, clique
(=) Saldo Consolidado em valores de 24/11/2014	3.780.113,37	
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	638.241,39	
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	638.241,39	Para o detalhamento das amortizações, clique
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 24/11/2014	3.141.871,98	
(+) Juros Acumulados até 09/10/2018 - 41,95%	1.318.015,30	
(=) Saldo Devedor em 09/10/2018	4.459.887,28	

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

-  Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação
-  Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Conclusão da Consolidação
-  Demonstrativo de Apuração da Prestação Básica
-  Demonstrativo de Prestações

Retornar

Menu

Extrato e Demonstrativos da Dívida Consolidada - Modalidades da Lei nº 12.996/2014

Lei 12.996/2014-PGFN – Débitos Previdenciários-Parcelamento
Data da Consolidação: 24/11/2014






Situação: Em Parcelamento

ATENÇÃO:

A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Descrição	Valor (R\$)	
Dívida Consolidada em 24/11/2014		
Valor Sem Reduções	28.145,97	
Valor Com Reduções	22.758,55	
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	8.407,33	
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	8.407,33	Para o detalhamento das amortizações, clique
(=) Saldo Consolidado em valores de 24/11/2014	14.351,22	
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	3.610,30	
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	3.261,06	Para o detalhamento das amortizações, clique
Redução Adicional pela Antecipação Equivalente a, no mínimo, 12 Prestações	349,24	
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 24/11/2014	10.740,92	
(+) Juros Acumulados até 09/10/2018 - 41,95%	4.505,82	
(=) Saldo Devedor em 09/10/2018	15.246,74	

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

-  Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação
-  Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Conclusão da Consolidação
-  Demonstrativo de Redução Adicional pela Antecipação Equivalente a, no mínimo, 12 Prestações
-  Demonstrativo de Apuração da Prestação Básica
-  Demonstrativo de Prestações

Retornar

Menu



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CNPJ: 45.787.652/0001-56

Nome Empresarial: MUNICIPIO DE MONTE MOR

RECIBO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO DA LEI Nº 12.996 DE 18 JUNHO DE 2014.

A pessoa jurídica acima identificada solicitou o parcelamento de débitos na modalidade Parcelamento de Demais Débitos - PGFN de que trata a Lei nº 12.996/2014.

Este pedido de parcelamento somente produzirá efeitos com o correspondente pagamento da antecipação, em valor não inferior ao estipulado no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 12.996/2014, que deve ser efetuado até o dia 01/12/2014, com código de receita 4737.

O DARF para pagamento da antecipação está disponível para impressão nas páginas da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet.

Confirmação recebida via Internet
Pelo Agente Receptor SERPRO
em 24/11/2014 às 17:10:46 (horário de Brasília)
Recibo: 00043399895247412570
Certificação Digital: 41B6 E44D C537 1DA3
CNPJ: 45.787.652/0001-56
Autoridade Certificadora: AC SERASA RFB v2

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DIVA DE ALMEIDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse
<http://e-processo.itef.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-1KEJ-71ZX-4EJ3-K915



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal Do Brasil

CNPJ: 45.787.652/0001-56

Nome Empresarial: MUNICIPIO DE MONTE MOR

RECIBO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO DA LEI Nº 12.996 DE 18 JUNHO DE 2014.

A pessoa jurídica acima identificada solicitou o parcelamento de débitos na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários - RFB de que trata a Lei nº 12.996/2014.


Este pedido de parcelamento somente produzirá efeitos com o correspondente pagamento da antecipação, em valor não inferior ao estipulado no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 12.996/2014, que deve ser efetuado até o dia 01/12/2014, com código de receita 4743.

O DARF para pagamento da antecipação está disponível para impressão nas páginas da Secretaria da Receita Federal do Brasil ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na Internet.

Confirmação recebida via Internet
Pelo Agente Receptor SERPRO
em 24/11/2014 às 17:10:46 (horário de Brasília)
Recibo: 00043399895247412560
Certificação Digital: 41B6 E44D C537 1DA3
CNPJ: 45.787.652/0001-56
Autoridade Certificadora: AC SERASA RFB v2

Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

1ª via

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	28/11/2014
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	45.787.652/0001-56
	04 CÓDIGO DA RECEITA	4720
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	28/11/2014
	07 VALOR PRINCIPAL	4.300,91
01 NOME / TELEFONE MUNICIPIO DE MONTE MOR DARF válido para pagamento até 28/11/2014 Domicílio tributário informado: MONTE MOR NÃO RECEBER COM RASURAS	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	4.300,91
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
	Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento 27/11/2014 10:49:10	

85680000043-7

00910064433-6


21457876520-5

00147204332-0



Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

2ª via

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	28/11/2014
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	45.787.652/0001-56
	04 CÓDIGO DA RECEITA	4720
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	28/11/2014
	07 VALOR PRINCIPAL	4.300,91
01 NOME / TELEFONE MUNICIPIO DE MONTE MOR DARF válido para pagamento até 28/11/2014 Domicílio tributário informado: MONTE MOR NÃO RECEBER COM RASURAS	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	4.300,91
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
	Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento 27/11/2014 10:49:10	

85680000043-7

00910064433-6

21457876520-5

00147204332-0



DARF emitido em duas vias. Recorte nas linhas tracejadas e efetue o pagamento na rede bancária autorizada.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DIVA DE ALMEIDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ite.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 1-IKEJ-71ZX-4EJ3-K915>

40



Extrato de pagamentos / transferências

A33T121509093496006
12/12/2014 15:24:23

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
12/12/2014 - AUTOATENDIMENTO - 15.24.23
6572206572 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: PM MONTE MOR * FUNDO PART
AGENCIA: 6572-2 CONTA: 60.309-0

=====


AG. ARRECADADOR	
CNC 001 - 6572 - RUA CARLOS DE CAMPOSSP	
CODIGO DE BARRAS	85680000043 00910064433 21457876520 00147204332
DATA DO PAGAMENTO	28/11/2014
PERIODO DE APURACAO	
NUMERO DO CPF	
CODIGO DA RECEITA	
NUMERO DE REFERENCIA	
DATA DO VENCIMENTO	
RECEITA BRUTA ACUMULADA	
PERCENTUAL	
VALOR DO PRINCIPAL	
VALOR DA MULTA	
VALOR DOS JUROS	
VALOR TOTAL	4.300,91

DOCUMENTO: 112801
AUTENTICACAO SISBB: 9.583.22E.10F.425.314

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DIVA DE ALMEIDA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse
http://e-processo.ite.sp.gov.br-link/Validar_documento_digital e informe o código do documento: 1-1KEJ-71ZX-4EJ3-K915

Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

1ª via

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	28/11/2014
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	45.787.652/0001-56
	04 CÓDIGO DA RECEITA	4750
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	28/11/2014
	07 VALOR PRINCIPAL	19.883,53
01 NOME / TELEFONE MUNICÍPIO DE MONTE MOR	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	19.883,53
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
	DARF válido para pagamento até 28/11/2014 Domicílio tributário informado: MONTE MOR NÃO RECEBER COM RASURAS	


Lei Nº 12.996 de 2014 - Parcelamento 27/11/2014 10:52:39

85640000198-3 83530064433-2 21457876520-5 00147504332-7



Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

2ª via

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	28/11/2014
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	45.787.652/0001-56
	04 CÓDIGO DA RECEITA	4750
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	28/11/2014
	07 VALOR PRINCIPAL	19.883,53
01 NOME / TELEFONE MUNICÍPIO DE MONTE MOR	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	19.883,53
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
	DARF válido para pagamento até 28/11/2014 Domicílio tributário informado: MONTE MOR NÃO RECEBER COM RASURAS	

Lei Nº 12.996 de 2014 - Parcelamento 27/11/2014 10:52:39


85640000198-3 83530064433-2 21457876520-5 00147504332-7



DARF emitido em duas vias. Recorte nas linhas tracejadas e efetue o pagamento na rede bancária autorizada.

Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

1ª via


 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	28/11/2014
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	45.787.652/0001-56
	04 CÓDIGO DA RECEITA	4743
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	28/11/2014
	07 VALOR PRINCIPAL	471.318,10
01 NOME / TELEFONE MUNICÍPIO DE MONTE MOR DARF válido para pagamento até 28/11/2014 Domicílio tributário informado: MONTE MOR NÃO RECEBER COM RASURAS	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	471.318,10
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
	Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento 27/11/2014 10:50:03	

85690004713-0 18100064433-4 21457876520-5 00147434332-2



Aprovado pela IN/RFB nº 736/07

2ª via

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	28/11/2014
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ	45.787.652/0001-56
	04 CÓDIGO DA RECEITA	4743
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
	06 DATA DE VENCIMENTO	28/11/2014
	07 VALOR PRINCIPAL	471.318,10
01 NOME / TELEFONE MUNICÍPIO DE MONTE MOR DARF válido para pagamento até 28/11/2014 Domicílio tributário informado: MONTE MOR NÃO RECEBER COM RASURAS	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	471.318,10
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	
	Lei Nº 12.996 de 2014 – Parcelamento 27/11/2014 10:50:03	

85690004713-0 18100064433-4 21457876520-5 00147434332-2



DARF emitido em duas vias. Recorte nas linhas tracejadas e efetue o pagamento na rede bancária autorizada.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: DIVA DE ALMEIDA. Sistema e-ICESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.ite.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-IKEJ-71ZX-4EJ3-K915

43

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
12/12/2014 - AUTOATENDIMENTO - 15.24.23
6572206572 SEGUNDA VIA 0002

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: PM MONTE MOR * FUNDO PART
AGENCIA: 6572-2 CONTA: 60.309-0
=====

AG. ARRECADADOR	
CNC 001 - 6572 - RUA CARLOS DE CAMPOSSP	
CODIGO DE BARRAS	85640000198 83530064433
	21457876520 00147504332
DATA DO PAGAMENTO	28/11/2014
PERIODO DE APURACAO	-----
NUMERO DO CPF	-----
CODIGO DA RECEITA	-----
NUMERO DE REFERENCIA	-----
DATA DO VENCIMENTO	-----
RECEITA BRUTA ACUMULADA	-----
PERCENTUAL	-----
VALOR DO PRINCIPAL	-----
VALOR DA MULTA	-----
VALOR DOS JUROS	-----
VALOR TOTAL	19.883,53

DOCUMENTO: 112802
AUTENTICACAO SISBB: 2.B79.6C4.0BB.D39.067

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
12/12/2014 - AUTOATENDIMENTO - 15.24.23
6572206572 SEGUNDA VIA 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: PM MONTE MOR * FUNDO PART
AGENCIA: 6572-2 CONTA: 60.309-0
=====

AG. ARRECADADOR	
CNC 001 - 6572 - RUA CARLOS DE CAMPOSSP	
CODIGO DE BARRAS	85690004713 18100064433
	21457876520 00147434332
DATA DO PAGAMENTO	28/11/2014
PERIODO DE APURACAO	-----
NUMERO DO CPF	-----
CODIGO DA RECEITA	-----
NUMERO DE REFERENCIA	-----
DATA DO VENCIMENTO	-----
RECEITA BRUTA ACUMULADA	-----
PERCENTUAL	-----
VALOR DO PRINCIPAL	-----
VALOR DA MULTA	-----
VALOR DOS JUROS	-----
VALOR TOTAL	471.318,10

DOCUMENTO: 112803
AUTENTICACAO SISBB: F.9CB.DB9.A43.BAD.C89

Transação efetuada com sucesso por: J0757446 CELSO ANTONIO MARTIMBIANCO.

ANEXO IV

(Redação dada pela Portaria PGFN/RFB nº1, de 10 de fevereiro de 2012)

Identificação da Entidade do Poder Público (Estado, Distrito Federal e Município)	
01- NOME: MUNICÍPIO DE MONTE MOR – PREFEITURA MUNICIPAL	
02- CNPJ: 45.787.652/0001-56	03- TELEFONE: (19) 3879-9000
04- SEDE: Rua Francisco Glicério, 399 - Centro	
05- REPRESENTANTE LEGAL (NOME): THIAGO GIATTI ASSIS	
06- CARGO OU FUNÇÃO: PREFEITO MUNICIPAL	07- CPF: 195.660.708-02

O ente político acima identificado declara estar de acordo com as seguintes cláusulas, que farão parte do processo de parcelamento solicitado por meio dos formulários Pedido de Parcelamento de Débitos- Pepar e Discriminação do Débito a Parcelar - Dipar:

Cláusula 1ª O ente político autoriza a retenção do valor da parcela, acrescido da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) acumulada mensalmente, na cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou na cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE), bem como a retenção em cota(s) posterior(es) de diferença, caso não tenha sido a parcela plenamente quitada.

Cláusula 2ª O ente político autoriza que seja efetuada a retenção no FPM e/ou FPE do valor das suas obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação.

Cláusula 3ª O ente político autoriza, quando houver atraso no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, inclusive de prestações de parcelamento em atraso, que seja efetuada a retenção no FPM e/ou FPE do valor correspondente à mora.

Cláusula 4ª O ente político autoriza o repasse dos valores retidos na forma das cláusulas 1ª, 2ª e 3ª à União.

Monte Mor, 29 de outubro de 2014.

Assinatura do Representante Legal

TAB. M. MOR

Telefone para contato: (19) 3879-9000

N TABELÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
(REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE)
R. Washington Luiz, 215 - Centro - Monte Mor - SP - CEP 13190-000 - Fone/Fax: (19) 3879-1269 / 3879-4575
Bel. José Luiz Rodrigues

Reconheço por semelhança com valor econômico a(s) 02
firma(s) de: THIAGO GIATTI ASSIS, do que dou fé.
MONTE MOR SP, 30 de outubro de 2014. Em test. da verdade.
R\$ 6,80.

**** VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE ****

*QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE



Doletéia da Rosa Silva
Escrevente Autorizada